

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade

Designação: Município de Portel

Endereço: Praça D. Nuno Álvares Pereira

NIF: 506 196 445

1.2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública.

1.3. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em depósitos Bancários

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Conta	Designação	31/12/2021	31/12/2020
11	Caixa	987,43	1 831,12
	Caixa A	987,43	1 831,12
12	Depósitos à ordem	4 217 834,51	1 346 494,87
	Depósitos Bancários à ordem	4 217 834,51	1 346 494,87
13	Outros depósitos		3 300 000,00
131	Depósitos a prazo		3 300 000,00
133	Depósitos de garantias e cauções	a)	a)
	TOTAL	4 218 821,94	4 648 325,99

- a) Os valores das garantias e cauções, não foram transferidos para a conta 13 - Outros depósitos
Em termos de relato financeiro os valores ascendem respetivamente a:

292 353,60	191 482,74
------------	------------

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2021	31/12/2020
Execução orçamental	3 918 258,39	4 372 916,34
Operações de tesouraria	300 563,55	275 409,65
SALDO DA GERÊNCIA	4 218 821,94	4 648 325,99

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

➤ **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ **Informação Comparativa**

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

➤ **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

➤ **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ **Compensação**

Devido a importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

➤ **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Portel, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ **Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

➤ **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Portel ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, com exceção dos prédios rústicos e urbanos, que na transição para o SNC-AP, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

h z

20

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Propriedades de investimento

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuados reconhecimentos de ativos, de acordo com o facto dos mesmos representarem um recurso presentemente controlado pela Município, como resultado de um evento passado que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo do potencial de um serviço ou de benefícios económicos futuros.

Acresce referir que o controlo do recurso está presente, não apenas pela propriedade legal, se bem que esta seja importante, mas pela capacidade para utilizar o potencial de serviço ou os benefícios económicos provenientes do recurso em causa, ou de determinar a natureza e forma de utilização que outras entidades fazem dos benefícios originados pelo recurso (§93 da Estrutura concetual), nomeadamente se os investimentos que tenham de ser feitos não são cobertos pelo titular da propriedade.

Nestes termos foi adotado o classificador complementar 2 (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Todas as propriedades de investimento foram mensuradas pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), considerando que a fórmula do VPT do Código do IMI constitui uma técnica apropriada de avaliação do justo valor.

Todavia não se identificaram ativos que cumpram os requisitos previstos para registo de propriedades de investimento.

c) Ativos intangíveis

Ch RA

2
ey
0

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Portel seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros, sempre que os métodos sejam aplicáveis a cada investimento.

g) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Portel, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou outros que lhe sejam equiparáveis e a que o Município tem direito, são reconhecidas no património líquido.

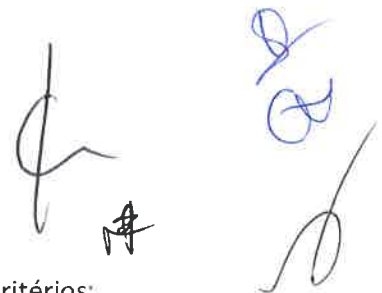
Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, a afetação equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à sua imputação, à medida que forem contabilizadas as depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes na respetiva proporção. De igual forma estas transferências são balanceadas em resultados, sempre que ocorram transferências de capital concedidas.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros



Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

j) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Portel racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Para além da referência, em especial, neste exercício, à doença COVID – 19, salientamos ainda a situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia. No dia em que a invasão começou, os mercados financeiros em todo o mundo caíram drasticamente e os preços do petróleo, gás natural, metais e produtos alimentares subiram em flecha e

consequentemente os preços dos combustíveis e das matérias-primas, cujos efeitos ainda não são mensuráveis, mas irão certamente influenciar os exercícios futuros.

Handwritten initials and a signature:
φ # D G
o

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotadas outras estimativas de amortização.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	linha reta	linha reta

3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas	31/12/2020			31/12/2021		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia Escriturada
Projetos de desenvolvimento	81 454,20	52 711,40	28 742,80	81 454,20	67 082,80	14 371,40
Programas de computador e sistemas de informação	258 246,27	250 851,58	7 394,69	259 291,77	258 768,26	523,51
TOTAL	339 700,47	303 562,98	36 137,49	340 745,97	325 851,06	14 894,91

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Projetos de desenvolvimento	28 742,80		-14 371,40	14 371,40
Programas de computador e sistemas de informação	7 394,69	1 045,50	-7 916,68	523,51

3.2A ATIVOS INTANGÍVEIS – ADIÇÕES

Rubricas	Adições	
	Compra	Total
Programas de computador e sistemas de informação	1 045,50	1 045,50
TOTAL	1 045,50	1 045,50

3.2B ATIVOS INTANGÍVEIS – DIMINUIÇÕES

Não existem diminuições

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-
Exploração da concessão de distribuição de água em alta	Águas de Vale do Tejo, S.A.	-	30 Anos	-	-	-	-

No que respeita à concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão, de acordo com os dados fornecidos pelo concessionário, os valores líquidos da concessão são os que se apresentam de seguida. Estes valores não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do Município dada a data em que a informação foi fornecida.



Ativos em concessão E-Redes - 2021	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão
				(valor de resgate ou de indemnização)
Imobilizado em exploração	3 519 688,30	2 331 418,89	1 188 269,41	
Subsídios ao investimento	1 023 087,10	674 548,05	348 539,05	
Totais	2 496 601,20	1 656 870,84	839 730,36	708 130,00

Ativos em concessão E-Redes - 2020	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão
				(valor de resgate ou de indemnização)
Imobilizado em exploração	3 558 309,00	2 340 007,00	1 218 302,00	
Subsídios ao investimento	1 083 646,00	721 980,00	361 666,00	
Totais	2 474 663,00	1 618 027,00	856 636,00	664 979,00

A vida útil de acordo com os ativos complexos do mapa de reporte dos ativos da concessão é a seguinte:

Específico em BT	Vida útil
	(anos)
Postos Transformação e Seccionamento	25
Redes aéreas	25
Redes subterrâneas	25
Chegadas aéreas	25
Chegadas subterrâneas	25
Contadores e acessórios	10
Contadores	10
Outro equipamento	10
Equipamentos Acessórios e Outros	NA
Iluminação pública	25
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017)	10
Outras Funcionalidades	10
Função Medição	10
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	10

A discriminação dos bens à data de 31/12/2021 apresenta-se os termos seguintes:

Bens	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	3 519 688,30	-2 331 418,89	1 188 269,41
Postos Transformação e Seccionamento	1 064 448,33	-635 697,62	428 750,71
Redes aéreas	956 315,19	-605 730,72	350 584,47
Redes subterrâneas	326 819,98	-196 447,91	130 372,07
Chegadas aéreas	420 613,24	-383 337,73	37 275,51
Chegadas subterrâneas	83 399,37	-47 281,74	36 117,63
Contadores e acessórios	279 953,12	-259 760,87	20 192,25
Iluminação pública	298 238,08	-187 941,70	110 296,38
Eq. Telegestão Energia EDP Box	89 900,99	-15 220,60	74 680,39
Subsídios ao investimento	-1 023 087,10	674 548,05	-348 539,05
Postos Transformação e Seccionamento	-208 644,62	142 179,38	-66 465,24
Redes aéreas	-263 409,72	142 608,67	-120 801,05
Redes subterrâneas	-160 472,47	93 694,96	-66 777,51
Chegadas aéreas	-98 340,49	81 232,12	-17 108,37
Chegadas subterrâneas	-64 130,96	37 959,55	-26 171,41
Contadores e acessórios	-27 936,03	27 936,03	0,00
Iluminação pública	-200 152,81	148 937,34	-51 215,47
Total	2 496 601,20	-1 656 870,84	839 730,36

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP os prédios rústicos e urbanos ficaram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT). Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AFT	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxas de depreciação	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
Métodos de depreciação	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

5.1. Ativos fixos tangíveis – Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	31/12/2020			31/12/2021		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	656 300,18	426 732,06	229 568,12	109 710,18		109 710,18
Edifícios e outras construções	1 073 917,83	153 389,27	920 528,56	1 075 877,84	197 699,66	878 178,18
Infraestruturas	37 073 816,26	25 117 310,94	11 956 505,32	37 736 823,43	26 937 646,28	10 799 177,15
Património histórico, artístico e cultural	25 680,85	795,00	24 885,85	37 365,85	993,75	36 372,10
Bens de domínio público em curso	4 173 939,79		4 173 939,79	7 050 930,72		7 050 930,72
	43 003 654,91	25 698 227,27	17 305 427,64	46 010 708,02	27 136 339,69	18 874 368,33
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	789 170,79		789 170,79	789 170,79		789 170,79
Edifícios e outras construções	21 129 673,64	5 859 248,02	15 270 425,62	21 129 673,64	6 334 937,40	14 794 736,24
Equipamento básico	1 938 919,16	1 564 916,54	374 002,62	2 262 118,21	1 669 735,50	592 382,71
Equipamento de transporte	1 903 644,64	1 394 381,16	509 263,48	1 971 356,14	1 494 205,54	477 150,60
Equipamento administrativo	797 972,36	760 819,45	37 152,91	910 914,22	803 007,88	107 906,34
Equipamentos biológicos	2 999,60	2 999,60		2 999,60	2 999,60	
Outros	1 352 498,24	1 172 546,03	179 952,21	1 395 818,00	1 231 293,14	164 524,86
	27 914 878,43	10 754 910,80	17 159 967,63	28 462 050,60	11 536 179,06	16 925 871,54
TOTAL	70 918 533,34	36 453 138,07	34 465 395,27	74 472 758,62	38 672 518,75	35 800 239,87

5.2. Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	229 568,12	8 550,00	-128 407,94			109 710,18
Edifícios e outras construções	920 528,56		1 960,01	-44 310,39		878 178,18
Infraestruturas	11 956 505,32	93 769,17	142 505,94	-1 393 603,28		10 799 177,15
Património histórico, artístico e cultural	24 885,85	11 685,00		-198,75		36 372,10
Bens de domínio público em curso	4 173 939,79	3 132 049,79	-255 058,86			7 050 930,72
	17 305 427,64	3 246 053,96	-239 000,85	-1 438 112,42		18 874 368,33
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	789 170,79					789 170,79
Edifícios e outras construções	15 270 425,62			-475 689,38		14 794 736,24
Equipamento básico	374 002,62	240 442,29	82 756,76	-104 818,96		592 382,71
Equipamento de transporte	509 263,48	66 112,50	1 599,00	-99 824,38		477 150,60
Equipamento administrativo	37 152,91	18 773,27	94 168,59	-42 188,43		107 906,34
Outros	179 952,21	5 909,35	60 030,59	-58 747,11	-22 620,18	164 524,86
	17 159 967,63	331 237,41	238 554,94	-781 268,26	-22 620,18	16 925 871,54
TOTAL	34 465 395,27	3 577 291,37	-445,91	-2 219 380,68	-22 620,18	35 800 239,87

5.2 A. Ativos fixos tangíveis – Adições

Rubricas	Adições		
	Compra	Expropriação	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural			
Terrenos e recursos naturais		8 550,00	8 550,00
Infraestruturas	93 769,17		93 769,17
Património histórico, artístico e cultural	11 685,00		11 685,00
Bens de domínio público em curso	3 132 049,79		3 132 049,79
	3 237 503,96	8 550,00	3 246 053,96
Outros ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	240 442,29		240 442,29
Equipamento de transporte	66 112,50		66 112,50
Equipamento administrativo	18 773,27		18 773,27
Outros	5 909,35		5 909,35
	331 237,41		331 237,41
TOTAL	3 568 741,37	8 550,00	3 577 291,37

5.2 B. Ativos fixos tangíveis – Diminuições

Rubricas	Diminuições	
	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis		
Outros	22 620,18	22 620,18
	22 620,18	22 620,18
TOTAL	22 620,18	22 620,18

5.6. Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Em 31/12/2021 e 31/12/2020 encontram-se bens totalmente depreciados em uso conforme segue.

31/12/2021

Conta	Designação	Valor	Nº ativos
430	Infraestruturas	7 220 508,71	20
432	Edifícios e outras construções	406 441,22	15
433	Equipamento básico	1 277 412,82	2662
434	Equipamento de transporte	1 007 808,04	61
435	Equipamento administrativo	717 814,34	1931
436	Equipamentos biológicos	2 999,60	3
437	Outros ativos fixos tangíveis	952 803,87	1614
	TOTAL	11 585 788,60	6306

31/12/2020

Conta	Designação	Valor	Nº ativos
430	Infraestruturas	7 220 508,71	20
432	Edifícios e outras construções	169 909,30	8
433	Equipamento básico	1 245 857,89	2622
434	Equipamento de transporte	998 457,60	59
435	Equipamento administrativo	705 380,76	1901
436	Equipamentos biológicos	2 999,60	3
437	Outros ativos fixos tangíveis	923 581,13	1556
	TOTAL	11 266 694,99	6169

Para estes bens irão ser desenvolvidos procedimentos subsequentes no período de transição adotado no âmbito da IPSAS 33, para identificação fiável do período de vida útil adicional a atribuir aos ativos identificáveis.

5.9. Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, os ativos fixos tangíveis em curso, estão associados aos seguintes investimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em curso	7 050 930,72	4 173 939,79
Ativos fixos tangíveis em curso	7 050 930,72	4 173 939,79
Edifícios	2 955 547,90	1 992 888,30
Remodelações em edifícios da Autarquia	197 013,70	70 387,51
Beneficiação em edifícios de coletividades	58 661,54	33 001,20
Beneficiação do Parque Desportivo Municipal de Portel	245 811,87	70 952,96
Beneficiação do Campo de Futebol de Vera Cruz	7 701,58	6 410,08
Requalificação da Escola EB 2,3 D. João Portel	1 484 443,16	1 341 659,94
Beneficiações em Centros dia/Comunitários	26 515,97	25 830,00
Beneficiação do Centro Comunitário de Santana	660 472,39	330 809,85
Centro Interativo do Montado - Turismo Natural (Ex Posto da GNR)	252 753,24	95 993,31
Outros	22 174,45	17 843,45
Outras construções	2 285 414,99	1 113 096,57
Praias fluviais, ancoradouros e zonas de recreio	871 240,88	261 430,17
Recuperação Amp.Piscinas Municipais Descobertas	1 407 413,56	596 607,54
Cemitérios	6 368,82	
Outros	391,73	255 058,86
Bens de domínio público em curso	1 809 967,83	1 067 954,92
Req. Urbana Acessos Castelo e Envolvente	607 036,24	595 433,53
Requalificaçãp Urbana de Monte do Trigo - 2ª fase	24 922,08	
Rede de Mobilidade Suave em Portel	303 065,83	218 080,59
Arruamentos	324 178,70	36 791,32
Acesso Pedonal entre o Pav.Multiusos e a Rua de Évoa em M.Trigo	95 975,79	
Reabilit. Espaço Públ. Emvolvente à Igreja Vera Cruz	100 912,00	
Reabilitação Urbana do Bairro de S. Julião - Mt Trigo	39 292,93	
Intervenções em jardins	103 559,75	24 412,89
Loteamento de Santana	19 907,96	19 907,96
Recuperação da Ermida S. Lázaro/Consolação	3 222,93	3 222,93
Beneficiação/Recuperação do Castelo	19 680,00	19 680,00
Centro Interpretação do castelo-Reabilit.Urbana Acessos ao Castelo e Espaç	168 213,62	150 425,70

NOTA 6. LOCAÇÕES

O Município de Portel apresenta ativos com contrato de locação financeira, conforme segue:

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Autocarro Scania 23-QQ-62 55 lugares	225 213,00	38 163,22	459,42	220 738,99	11 694,73	4 474,01	53,86	4 474,01	11 289,17	4 474,01
Autocarro Iveco 18 RB-18 32 lugares	127 802,73	22 360,66	824,47	113 925,53	9 218,83	13 877,20	511,67	13 877,20	8 906,03	13 877,20
Autocarro Scania 68-VZ-84 55 lugares	253 380,00	42 598,70	1 250,58	118 605,00	3 687,20	62 066,65	1 822,11	134 775,00	4 258,73	134 775,00
2 Veículos ligeiros elétricos Renault Twingo	43 618,19	2 180,91		2 180,91		11 518,35	192,80	41 437,27	424,06	41 437,27
Totais	650 013,92	105 303,49	2 534,47	455 450,43	24 600,76	91 936,21	2 580,44	194 563,48	24 877,99	194 563,48

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O custo dos financiamentos não foi capitalizado, dados que não se verificam as condições previstas na NCP 7. No quadro seguinte apresenta-se o custo associados a cada financiamento em curso.

Tipo	Identificação	Nome Instituição	Capital em dívida a 31/12/2020	Reembolso de Capital	Juros - Gastos	Capital em dívida a 31/12/2021
Empréstimos de médio e longo prazo	Não excecionados					
	- Financiamento de projetos de investimento	CGD	199 413,05	99 517,84	301,50	99 895,21
	- Financiamento de escola ensino básico de Portel	BPI	224 340,24	40 789,12		183 551,12
	- Financiamento de biblioteca EM 538, Requalif Urb	BPI	393 749,91	58 333,32	212,64	335 416,59
	- Financiamento de Capela e Casa Mortuária de Oriola	BCP	274 441,00	30 816,35	14 209,03	243 624,65
	Excecionados					
	- Financiamento Req. Escola EB 2.3 D. João Portel	AD&C	476 861,25	18 340,82		458 520,43
	TOTAL		1 568 805,45	247 797,45	14 723,17	1 321 008,00

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2021			31/12/2020		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	Gerador de caixa	94 697,31		94 697,31	7 319,43		7 319,43
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	305 565,70	283 153,81	22 411,89	341 558,74	265 294,65	76 264,09
Outras contas a receber	Gerador de caixa	578 392,69	9 108,93	569 283,76	553 970,17	9 108,93	544 861,24
Mercadorias	Não geradores de caixa	2 002,56		2 002,56	2 071,72		2 071,72
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não geradores de caixa	397 342,60		397 342,60	425 286,10		425 286,10
Investimentos financeiros	Não geradores de caixa	295 434,00		295 434,00	295 434,00		295 434,00
Ativos fixos tangíveis	Não geradores de caixa	35 800 239,87		35 800 239,87	34 465 395,27		34 465 395,27
Ativos intangíveis	Não geradores de caixa	14 894,91		14 894,91	36 137,49		36 137,49
TOTAL		37 488 569,64	292 262,74	37 196 306,90	36 127 172,92	274 403,58	35 852 769,34

9.2 Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - ANO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	
Clientes, contribuintes e utentes	265 294,65	17 859,16	17 859,16	283 153,81
Outras Contas a Pagar	9 108,93			9 108,93
TOTAL	274 403,58	17 859,16	17 859,16	292 262,74

NOTA 10. INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1. Inventários

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, é a seguinte:

Rubricas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantia bruta	Quantia recuperável	Quantia bruta	Quantia recuperável
Mercadorias	2 002,56	2 002,56	2 071,72	2 071,72
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	397 342,60	397 342,60	425 286,10	425 286,10
TOTAL	399 345,16	399 345,16	427 357,82	427 357,82

10.2. Inventários – Movimentos do período

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/gastos	
Mercadorias	2 071,72	316 538,22	-316 607,38	2 002,56
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	425 286,10	502 453,45	-530 396,95	397 342,60
TOTAL	427 357,82	818 991,67	-847 004,33	399 345,16

	2021			2020		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	2 071,72	425 286,10	427 357,82	2 369,77	337 175,47	339 545,24
Compras	316 538,22	502 453,45	818 991,67	327 510,17	307 678,80	635 188,97
Existências finais	2 002,56	397 342,60	399 345,16	2 071,72	425 286,10	427 357,82
Custo das merc.vend.mat.consumidas	316 607,38	530 396,95	847 004,33	327 808,22	219 568,17	547 376,39

Custo das merc.vend.mat.consumidas	2021	2020
Mercadorias		
- Água	316 538,22	327 766,21
- Livros papelaria e artigos inst. p/venda	69,16	42,01
Matérias primas	2 768,73	
Matérias subsidiárias		
- Peças e outros mat.manutenção	35 036,60	45 006,37
- Outros materiais diversos de consumo	492 591,62	174 561,80
Totais	847 004,33	547 376,39

NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) **Quantia de cada categoria de rendimentos**

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	618 615,11	656 889,69
Venda de bens	279 090,98	384 497,06
Dividendos ou distribuições similares		7 960,83
Outros rendimentos	58 267,79	81 073,08
TOTAL	955 973,88	1 130 420,66

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a) **Políticas contabilísticas e métodos adotados**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) **Quantia de cada categoria de rendimentos**

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2021				31/12/2020			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	492 583,57				535 506,29			
Impostos indiretos	154 442,80				147 220,81			
Taxas	54 747,33		28 663,89	11 135,80	62 168,05		8 198,96	28 663,89
Multas e outras penalidades	1 803,85		1,42		1 183,50		23,24	1,42
Transferências sem condição	7 883 375,74	1 395 010,00			6 957 665,53	1 256 008,00		
Subsídios com condição				94 697,31				
TOTAL	8 586 953,29	1 395 010,00	28 665,31	105 833,11	7 703 744,18	1 256 008,00	8 222,20	28 665,31

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Todavia não se verificaram alterações nos processos em curso.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Provisões		
Processos judiciais em curso	1 244 210,21	1 244 210,21
TOTAL	1 244 210,21	1 244 210,21

15.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Não existem passivos contingentes a divulgar.

15.3. Ativos contingentes

Os ativos contingentes identificados resultam dos valores de pagamentos em atraso a favor do Município, que a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou.

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2021	CA	Valores Agregados **	122,35
2021	IMI	Valores Agregados **	47 482,48
2021	IMT	Valores Agregados **	4 685,46
2021	IUC	Valores Agregados **	52 642,06
			104 932,35

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2020	CA	Valores Agregados **	122,35
2020	IMI	Valores Agregados **	48 796,22
2020	IMT	Valores Agregados **	542,40
2020	IUC	Valores Agregados **	44 456,08
			93 917,05

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todavia importa referir que à crise da doença de COVID-19 verificada no ano de 2020 e 2021 e que ainda perdura, nesta data acresce o potencial efeito e perturbação nos mercados financeiros e de matérias primas decorrente da situação do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, esperando-se efeitos igualmente não mensuráveis nesta data.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

18.1. Ativos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros		31/12/2021			31/12/2020			
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Dev. por transf. e sub. não reemb.	6 481,42		6 481,42	7 319,43	7 319,43	
		- Outros dev.cred. p/transf. sub. não reemb.	88 215,89		88 215,89	52 675,17	52 675,17	
		Clientes, contribuintes e utentes			-		-	
		- Clientes c/c	4 522,50		4 522,50	32 171,07	32 171,07	
		- Utentes	11 135,80		11 135,80	28 665,31	28 665,31	
		- Cobrança duvidosa	289 907,40	283 153,81	6 753,59	280 722,36	265 294,65	
		Outros ativos						
		- Dev. por acréscimos	568 385,59		568 385,59	453 090,72	453 090,72	
		- Devedores diversos	898,17		898,17	39 095,35	39 095,35	
		- Outras contas a receber	9 108,93	9 108,93	-	9 108,93	9 108,93	
		- Participações financeiras	295 434,00		295 434,00	295 434,00	295 434,00	
		Subtotais	1 274 089,70	292 262,74	981 826,96	1 198 282,34	274 403,58	923 878,76
		Totais	1 274 089,70	292 262,74	981 826,96	1 198 282,34	274 403,58	923 878,76

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

Valores a receber de projetos	31/12/2021	31/12/2020
PARU - Reab. U/rb. Acessos Castelo Envolv.	2 225,65	
PDR2020-ATD Click Portel	7 651,34	7 651,34
Reab EspPúbl CPMonteTrigo - R Évora e R Cemitério	8 932,80	8 932,80
Ampliação Centro Comunitário Santana	9 614,35	
Cremilde - Planos Integr Inovad Combate ao Insucesso Escolar		36 091,03
Rede Mob. Suave Portel	42 960,79	
PDR2020 - ATD Centro Int.Castelo Portel	16 830,96	
Totais	88 215,89	52 675,17

A execução dos projetos titulados pelo Município durante o quadro comunitário em vigor apresenta a seguinte estrutura:

Operação	Designação da Operação	Estado Candidatura	Data Estado	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa Apoio	Apoio Pago			
								Até 2019	2020	2021	Acumulado
ALT20-02-5266-FSE-000035	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Em Execução	25/06/2018	199 953,79	199 953,79	169 960,72	85,00%	19 244,14	35 568,73	49 619,51	104 432,38
ALT20-07-1406-FEDER-000044	Rede de Mobilidade Suave em Portel	Em Execução	28/01/2020	340 908,00	340 908,00	289 772,00	85,00%		65 622,94	148 307,26	213 930,20
ALT20-08-2316-FEDER-000049	Reabilitação do espaço público adjacente ao Centro Paroquial de Monte do Trigo - Rua de Évora e do Cemitério	Em Execução	30/06/2017	230 518,00	220 517,65	187 440,00	85,00%	178 068,00			178 068,00
ALT20-02-5673-FEDER-000038	Requalificação da Escola EB 2,3 D. João de Portel	Em Execução	12/04/2017	1 699 244,55	1 699 244,55	1 444 357,87	85,00%	883 576,09	180 306,21	97 588,44	1 161 470,74
ALT20-08-2114-FEDER-000191	Recuperação e Valorização do Castelo de Portel	Em Execução	28/04/2020	1 053 216,70	1 001 268,85	750 951,67	75,00%				0,00
ALT20-08-2316-FEDER-000046	Reabilitação Urbana dos Acessos ao castelo e espaço público envolvente	Em Execução	15/03/2018	637 380,16	637 380,16	541 773,14	85,00%	130 075,96	332 240,48	42 287,31	504 603,75
ALT20-08-2316-FEDER-000065	"Centro de Interpretação do Castelo - Reabilitação Urbana dos Acessos ao Castelo e espaço público envolvente"	Em Execução	06/05/2020	213 469,00	127 047,36	107 990,26	85,00%		102 590,75		102 590,75
ALT20-08-2316-FEDER-000092	Reabilitação do edifício municipal denominado Museu da Aldeia e do espaço público envolvente à Igreja da Vera Cruz	Em Execução	29/12/2020	157 937,23	137 937,23	117 246,65	85,00%			24 186,13	24 186,13
POISE-02-3220-FSE-000307	PEPAL	Em Execução	21/09/2016	76 367,04	76 367,04	70 257,68	92,00%	70 257,68		-0,01	70 257,67
ALT20-05-3118-FSE-000041	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL	Em Execução	21/04/2021	118 838,72	118 838,72	101 012,91	85,00%			15 151,94	15 151,94
ALT20-08-2114-FEDER-000168	Centro Interactivo do Montado - Turismo Natural	Em Execução	17/02/2021	663 102,86	663 102,86	563 637,43	85,00%			130 643,75	130 643,75
ALT20-06-4842-FEDER-000158	Ampliação do Centro Comunitário de Santana	Em Execução	31/01/2020	589 271,42	589 271,42	500 880,71	85,00%		248 738,14	275 456,75	524 194,89
TOTAL				5 980 207,47	5 811 837,67	4 845 281,04		1 281 221,87	965 067,25	783 241,08	3 029 530,20

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e taxas imputados ao exercício	523 705,49	453 090,72
Outros acréscimos de rendimentos	44 680,10	35 665,39
Outros devedores	898,17	3 429,96
Totais	569 283,76	492 186,07

As participações financeiras detidas pelo Município são as que se apresentam no quadro seguinte:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPADAS		DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA		
CAPITAL SOCIAL		% PARTICIPAÇÃO	METODO RECONHECIMENTO	VALOR SUBSCRITO
FUNDO APOIO MUNICIPAL	417 857 175,00	0,07%	CUSTO	295 434,00
				295 434,00

18.2. Passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros		31/12/2021		31/12/2020		
		Quantias brutas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Quantias escrituradas	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Credores p/transf.sub.emp.bonif.				
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	707 855,61	707 855,61	757 912,63	757 912,63
		Fornecedores				
			612,79	612,79	8 853,40	8 853,40
		Outros passivos				
		- Pessoal	1 078,43	1 078,43	561,96	561,96
		- Estado e out.ent.públicos	110 520,12	110 520,12	135 218,83	135 218,83
		- Fornecedores de investimentos	20 106,83	20 106,83		-
		- Cred. por acréscimos	616 995,76	616 995,76	577 123,08	577 123,08
		- Credores por subscrições não liberadas (FAM)				-
		- Adiantamento por conta de venda	1 140,00	1 140,00	1 140,00	1 140,00
		- Cauções	292 353,60	292 353,60	268 925,66	268 925,66
		- Credores diversos	8 738,90	8 738,90	8 793,24	8 793,24
		Financiamentos obtidos		1 515 571,48	1 515 571,48	1 825 054,23
Subtotais		3 274 973,52	3 274 973,52	3 583 583,03	3 583 583,03	
Totais		3 274 973,52	3 274 973,52	3 583 583,03	3 583 583,03	

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020
- Cauções	292 353,60	268 925,66
- Credores por acréscimos de gastos	616 995,76	577 123,08
- Remunerações a Liquidar	460 853,84	428 823,88
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	5 263,64	6 374,75
- Outros acréscimos de gastos	150 878,28	141 924,45
- Credores por subscrições não liberadas		
- Adiantamentos por conta de vendas	1 140,00	1 140,00
- Outros credores	8 738,90	8 793,24
Totais	919 228,26	855 981,98

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

25 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS		31/12/2020	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	31/12/2021
Não excecionados					
- Financiamento de projetos de investimento	CGD	199 413,05		99 517,84	99 895,21
- Financiamento de escola ensino básico de Portel	BPI	224 340,24		40 789,12	183 551,12
- Financiamento de biblioteca EM 538, Requalif Urb	BPI	393 749,91		58 333,32	335 416,59
- Financiamento de Capela e Casa Mortuária de Oriola	BCP	274 441,00		30 816,35	243 624,65
Excecionados					
- Financiamento Req.Escola EB 2.3 D.João Portel	AD&C	476 861,25		18 340,82	458 520,43
		1 568 805,45		247 797,45	1 321 008,00
LOCAÇÕES FINANCEIRAS					
- Banco Comercial Português	BPI	36 237,86		22 360,66	13 877,20
- Caixa Leasing	CGD	42 637,23		38 163,22	4 474,01
- Caixa Leasing	CGD	177 373,69		42 598,70	134 774,99
- Caixa Leasing (Viaturas Elétricas)	CGD		43 618,19	2 180,91	41 437,28
		256 248,78	43 618,19	105 303,49	194 563,48
Totais		1 825 054,23	43 618,19	353 100,94	1 515 571,48

O horizonte temporal dos financiamentos bancários assume-se nos termos seguintes:

ANOS	CGD	BPI	BPI	MIL.BCP	AD&C	TOTAL
2022	99 895,21	40 789,12	58 333,32	32 534,56	36 681,64	268 233,85
2023		40 789,12	58 333,32	37 651,57	36 681,64	173 455,65
2024		40 789,12	58 333,32	37 651,57	36 681,64	173 455,65
2025		40 789,12	58 333,32	37 651,57	36 681,64	173 455,65
2026		20 394,64	58 333,32	37 651,57	36 681,64	153 061,17
2027			43 749,99	37 651,57	36 681,64	118 083,20
2028				22 832,22	36 681,64	59 513,86
2029					36 681,64	36 681,64
2032					36 681,64	36 681,64
2033					36 681,64	36 681,64
2034					18 340,75	18 340,75
Totais	99 895,21	183 551,12	335 416,59	243 624,65	458 520,43	1 321 008,00

NOTA 30. OUTRAS DIVULGAÇÕES

30.1 Alterações no património líquido

Rubricas	31/12/2020	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios investimento	Reposição subsídios de capital concedidos	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2021
51 - Património	29 411 780,32						29 411 780,32
55 - Reservas	12 186,15						12 186,15
- Reservas legais	12 186,15						12 186,15
56 - Resultados transitados	(3 581 590,15)	(476 368,06)					(4 057 958,21)
- Resultados transitados	(3 692 941,49)	(476 368,06)					(4 169 309,55)
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	111 351,34						111 351,34
59 - Outras variações no património líquido	9 117 295,09		(382 001,98)	(307 746,25)		1 395 010,00	9 822 556,86
- Transferências e subsídios de capital	7 709 516,64		(382 001,98)				7 327 514,66
- Ativos depreciables	7 709 516,64		(382 001,98)				7 327 514,66
- Outras transferências, sub. capital	1 256 008,00			(307 746,25)		1 395 010,00	2 343 271,75
- FEF Capital	647 415,00			(307 746,25)		697 205,00	1 036 873,75
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	608 593,00					697 805,00	1 306 398,00
- Doações obtidas	151 770,45						151 770,45
88 - Resultados líquido do exercício	(476 368,06)	476 368,06			(576 987,70)		(576 987,70)
TOTAL	34 483 303,35		(382 001,98)	(307 746,25)	(576 987,70)	1 395 010,00	34 611 577,42

As variações no património líquido no exercício de 2021, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2020, para resultados transitados;
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2021, cuja aplicação será proposta no relatório de gestão;
3. Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes no valor de 382.001,98 €;
4. Transferências de Capital recebidas do Orçamento do Estado, que ascenderam a 1.395.010 €;
5. Por aplicação do período de transição, nos termos da IPSAS 33, iniciou-se a reposição de transferências do Orçamento do Estado, por balanceamento das transferências de capital concedidas em 2020 e 2021, no valor de 307.746,25 €.

As alterações ocorridas ao nível dos subsídios ao investimento, refletem-se como segue:

CONTA		31/12/2021	REPOSIÇÃO	31/12/2020
59	OUT.VARIAÇÕES PATRIM.LÍQUIDO			
5931	Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables			
	Biblioteca Municipal de Portel	438 028,21	10 429,24	448 457,45
	Beneficiação escolas 1º ciclo ensino básico	78 785,95	2 317,23	81 103,18
	Pavilhão polivalente Monte do Trigo	295 482,81	9 233,84	304 716,65
	Beneficiação estradas municipais	45 953,81	5 105,98	51 059,79
	Loteamento Habitacional do Rossio - Portel	71 042,06	4 440,13	75 482,19
	Loteamento Vereador Francisco Fialho - Monte do Trigo	103 454,52	6 123,00	109 577,52
	Loteamento Industrial de Portel	299 625,09	8 097,98	307 723,07
	Requalif. pavimentos rede abastec. água - 1ª e 2ª fase	230 523,52	28 815,44	259 338,96
	Remodelação e ampliação da escola ens. básico de Portel	641 426,66	16 879,65	658 306,31
	Auditório Municipal de Portel	920 424,08	26 297,83	946 721,91
	Parque Urbano da Horta da Matriz	150 241,20	18 780,15	169 021,35
	Requalificação Urbana em Alqueva - 1ª e 2ª fase	111 477,41	13 934,68	125 412,09
	Reordenamento de Monte do Trigo - 1ª e 2ª fase	143 584,46	17 948,06	161 532,52
	Reordenamento em Amieira - 1ª e 2ª fase	135 098,12	16 887,27	151 985,39
	Centro Comunitário de Vera Cruz	146 440,46	4 437,59	150 878,05
	Beneficiação EM 538 - Portel/Amieira	303 808,74	23 369,90	327 178,64
	Beneficiação EM entre Amieira e Marina	18 630,54	3 105,09	21 735,63
	Centro Social de Monte do Trigo	758 019,18	18 048,08	776 067,26
	Centro Marketing Social e Valor. do Montado	120 925,51	2 879,18	123 804,69
	Beneficiação EM 522 - SB Outeiro/Lim.Conc.	28 569,76	5 713,95	34 283,71
	Extensão de Saúde de Oriola	74 566,99	4 386,29	78 953,28
	Extensão de Saúde São Bartolomeu do Outeiro	77 117,15	1 836,12	78 953,27
	Benef. Mercado Municipal - Outlet Prod. Tradicionais	339 770,73	9 993,26	349 763,99
	Beneficiação do Caminho Municipal nº 1120	38 424,47	3 202,04	41 626,51
	Centro Interpretação da Natureza e do Montado	250 710,39	16 580,66	267 291,05
	Ampliação Centro Comunitário de Vera Cruz	225 468,24	6 832,37	232 300,61
	Beneficiação dos Acessos a Oriola	123 638,48	10 303,21	133 941,69
	Beneficiações nas Piscinas Municipais	12 733,00	6 366,50	19 099,50
	Req.Linha Água em Amieira - Parque Horta da Nora	110 945,19	9 245,43	120 190,62
	Req. Parque Desportivo S. Bartolomeu do Outeiro	105 252,07	7 518,00	112 770,07
	Requalificação Parque Desportivo de Oriola	106 718,79	10 220,17	116 938,96
	Parque de Manutenção do Rossio	124 909,23	3 673,80	128 583,03
	PDR2020-ATD Click Portel	6 400,00	6 352,23	12 752,23
	Reab EspPúbl CPMonte Trigo - R Évora e R Cemitério	149 979,97	9 373,75	159 353,72
	Espaço Aberto Multiusos - Parque da Amoreira	29 236,51	749,65	29 986,16
	Interreg - RAIUPA - Zona de Recreio de Amieira	109 267,50	7 804,82	117 072,32
	Interreg - PEGLA - Zona Recreio Alqueva	90 515,20	6 465,37	96 980,57
	Praia Fluvial de Amieira	310 318,66	18 254,04	328 572,70
TOTAL		7 327 514,66	382 001,98	7 709 516,64

Ao nível das transferências do Orçamento do Estado, foram afetos os valores seguintes:

# 59.3.9 - Outras transf. subs.capital	ANO ORIGEM	31/12/2021	REPOSIÇÃO	AUMENTOS	31/12/2020
- FEF		1 036 873,75	307 746,25	697 205,00	647 415,00
	2020	339 668,75	307 746,25		647 415,00
	2021	697 205,00		697 205,00	
- Artº 35º nº3 Lei 73/2013		1 306 398,00		697 805,00	608 593,00
	2020	608 593,00			608 593,00
	2021	697 805,00		697 805,00	
TOTAL		2 343 271,75	307 746,25	1 395 010,00	1 256 008,00

30.2 Rendimentos e ganhos

Durante os anos de 2021 e 2020, a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	703 577,55	746 078,65
Vendas	279 090,98	384 497,06
Prestações de serviços e concessões	618 615,11	656 889,69
Trabalhos para a própria entidade	509 288,37	125 278,01
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 883 375,74	6 957 665,53
Outros rendimentos	439 691,98	676 333,78
Juros, dividendos e out.rendimentos similares	1 282,06	7 960,83
Totais	10 434 921,79	9 554 703,55

30.3 Gastos e perdas

Durante os anos de 2021 e 2020, a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2021	2020
Transferências e subsídios concedidos	1 178 318,15	966 258,32
Custo das merc.vend.mat.consumidas	847 004,33	547 376,39
Fornecimentos e serviços externos	2 034 474,75	1 748 878,80
Gastos com o pessoal	4 464 082,68	4 309 852,39
Gastos de depreciação e de amortização	2 241 668,76	2 202 751,66
Perdas por imparidade	17 859,16	23 500,32
Outros gastos	208 728,58	203 932,39
Gastos por juros e outros encargos	19 773,08	28 521,34
Totais	11 011 909,49	10 031 071,61

30.3.1 Transferências e Subsídios concedidos

CONTA		2021	2020
60	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		
601	Transferências correntes concedidas	736 453,78	767 791,33
	- Freguesias	278 190,00	278 190,00
	- Associações de Municípios	82 483,70	69 135,72
	- Instituições sem fins lucrativos	343 646,73	376 032,95
	- Famílias	26 041,68	44 432,66
	- Outros	6 091,67	
602	Subsídios correntes concedidos	239 539,78	94 045,33
	- Instituições sem fins lucrativos	52 000,00	
	- Famílias	187 539,78	94 045,33
604	Transferências capital concedidas	202 324,59	104 421,66
TOTAL		1 178 318,15	966 258,32

30.3.2 Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2021 e 2020, apresenta o seguinte desenvolvimento:

CONTA		2021	2020
621	Subcontratos e parcerias	456 868,02	325 041,35
	Transportes de Pessoal (Escolares)	122 903,25	25 004,35
	Cantinas escolares - refeições confeccionadas	22 124,00	16 936,67
	Cantinas escolares - refeições para confeccionadas	21 719,24	
	Tratamento de resíduos sólidos	290 121,53	283 100,33
622	Serviços especializados	448 987,03	323 135,34
	Trabalhos Especializados	110 074,14	33 919,21
	Publicidade, comunicação e imagem	21 421,68	23 746,79
	Vigilância e Segurança	5 948,40	4 622,97
	Honorários	196 709,44	133 218,06
	Comissões de cobrança de impostos e taxas		1 122,46
	Conservação e Reparação	85 694,96	91 607,90
	Outros serviços especializados	29 138,41	34 897,95
623	Materiais de consumo	128 730,64	79 683,80
	Peças, ferramentas e utensílios desgaste rápido	1 745,84	597,12
	Livros e documentação técnica	200,00	166,98
	Artigos para oferta publicidade e divulgação	91 242,44	75 315,10
	Material de educação, cultura e recreio	7 521,18	899,50
	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e art.pessoais	1 021,98	1 312,83
	Medicamentos e artigos para a saúde	26 992,94	1 392,27
	Produtos Químicos e de laboratórios	6,26	
624	Energia e fluidos	488 632,25	482 108,17
	Electricidade	306 613,50	342 923,59
	Combustíveis	182 018,75	139 184,58
625	Deslocações estadas e transportes	48,50	88 426,83
	Transporte escolar		88 426,83
	Outros	48,50	
626	Serviços diversos	511 208,31	450 483,31
	Rendas e Alugueres	58 465,79	54 098,33
	Comunicação	34 609,03	27 763,34
	Seguros	52 923,27	50 951,77
	Contencioso	1 669,08	
	Outros FSE	363 541,14	317 669,87
TOTAL		2 034 474,75	1 748 878,80

30.3.3. Indicadores de recursos humanos e gastos com o pessoal

Indicadores de referência

Recursos humanos	2021	2020
Número de trabalhadores no início do período	247	245
Número de trabalhadores no final do período	250	247
Número médio de trabalhadores ao longo do período	249	246
Número médio de trabalhadores admitidos e regressados	146	12
Número médio de trabalhadores que saíram durante o período	13	10

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte desagregação:

CONTA	Designação	2021	2020
63	GASTOS COM O PESSOAL		
631	Remunerações Órgãos Autárquicos	213 464,20	190 995,73
632	Remunerações do pessoal	3 253 733,70	3 201 064,76
	- Remunerações base	2 813 393,45	2 767 842,85
	- Subsídio de férias	53 420,91	53 623,91
	- Subsídio de Natal	4 534,79	4 611,61
	- Subsídio de refeição	258 101,70	261 325,62
	- Ajudas de custo	18 615,31	17 185,61
	- Trabalho extraordinário	64 576,94	52 781,38
	- Abono para falhas	3 616,13	3 416,99
	- Prevenção, trab.noturno e turno	1 174,57	2 042,02
	- Outros abonos variáveis	36 299,90	38 234,77
635	Encargos s/ Remunerações	839 651,06	809 330,82
636	Seguros Acidentes Trabalho	42 620,76	31 724,04
638	Outros gastos com o Pessoal	60 182,35	49 504,39
639	Outros encargos sociais	54 430,61	27 232,65
	TOTAL	4 464 082,68	4 309 852,39

O valor dos subsídios de férias e Natal, em parte encontram-se incluídos na remuneração base.

30.3.4. Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
- Transf.sub.concedidos com condições	707 855,61	757 912,63
- Seguros	20 862,89	19 751,23
- Outros	1 141,65	1 460,11
Totais	729 860,15	779 123,97

30.3.5. Diferimentos passivos

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

CONTA		31/12/2021	31/12/2020
28	DIFERIMENTOS		
2822	Transf.sub.capital obtidos com condições		
	INTERREG - PEGLA - Zona Recreio Alqueva	202 343,08	
	FEDER - Modernização AC 2020	60 123,82	19 330,14
	FEDER - Requalificação Escola EB 2,3 D. João de Portel	1 161 470,74	1 063 882,30
	FEDER - PARU - Reab. Urb. Acessos Castelo Envolv.	506 829,40	462 316,44
	FEDER - Ampliação do Centro Comunitário de Santana	533 809,24	248 738,14
	FEDER - Reabilitação Museu Aldeia Vera Cruz	24 186,13	
	FEDER - Centro Interpretativo Montado	130 828,62	
	FEDER - Centro de Interpretação do Castelo - Reab Urb Access Cast Envolv	102 590,75	102 590,75
	FEDER - Rede de Mobilidade Suave em Portel	256 890,99	65 622,94
	FEDER - PDR2020 - ATD Centro Interpret. do Castelo de Portel	23 472,96	6 642,00
	Centro de Recolha Oficial - CRO	11 682,11	
TOTAL		3 014 227,84	1 969 122,71